

# SUMÁRIO

---

## PREFÁCIO

<b>Fabiana de Menezes Soares</b> .....	15
--	----

## APRESENTAÇÃO

<b>Plínio Salgado</b> .....	17
-----------------------------	----

## CAPÍTULO 1

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
-------------------------	----

## CAPÍTULO 2

<b>DUAS PERSPECTIVAS DE CUNHO MORAL SOBRE O DIREITO E A POLÍTICA NO MOMENTO DE FORMAÇÃO DA LEI</b> .....	31
--	----

2.1	Por que inserir neste trabalho um capítulo inicial a respeito da moral? .....	31
2.2	Platão e a função educadora do legislador .....	32
2.2.1	Por que haveríamos de considerar o legislador como um educador?.....	32
2.2.2	O legislador nos diálogos de Platão.....	34
2.2.3	Atualidade da visão de Platão acerca da necessidade de leis.....	41
2.3	Lon Fuller e a moralidade do direito – Direito natural na atualidade? .....	44
2.3.1	A moralidade na obra de Fuller.....	48
2.3.1.1	Fuller aproxima sua teoria da economia por meio da utilidade marginal .....	50
2.3.2	A moralidade que possibilita o direito (e a lei) .....	52
2.3.2.1	Características desejáveis para o direito (e a lei).....	54
2.3.3	Antinomias na moralidade interna do direito (e da lei) .....	57
2.3.4	É possível aplicar os desideratos à realidade brasileira.....	60

## CAPÍTULO 3

<b>CRISE DA LEI OU CRISE DO REGIME REPRESENTATIVO?</b> .....	63
--	----

3.1	Razões da inflação e do envenenamento da legislação.....	63
3.1.1	A delegação legislativa como exceção .....	65
3.1.2	A medida provisória como delegação legislativa .....	69
3.1.3	A delegação legislativa como causa da crise do Estado Democrático – O abuso das medidas provisórias e a Questão de Ordem nº 411/2009 da Câmara dos Deputados.....	71

3.1.3.1	A Emenda Constitucional nº 32 como um compromisso na busca de solução para o problema. O trancamento de pauta .....	75
3.1.3.2	A morosidade do parlamento e o problema das emendas parlamentares no exame de medidas provisórias – Uma solução derivada da <i>accountability</i> democrática .....	81
3.1.3.3	Os efeitos nocivos das medidas provisórias como delegação legislativa na contemporaneidade .....	88

#### CAPÍTULO 4

<b>A INFLAÇÃO LEGISLATIVA E SUAS CAUSAS</b> .....	91
4.1 Problemas relativos ao conteúdo das leis no plano da igualdade material.....	92
4.1.1 A intensificação das relações internacionais.....	93
4.1.2 A aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.....	95
4.1.3 A atribuição de esferas autônomas de regulamentação.....	96
4.2 Caracterização da inflação legislativa.....	100
4.3 O envenenamento e suas consequências.....	101
4.4 É possível remediar essa situação? .....	103

#### CAPÍTULO 5

<b>A DECISÃO DE LEGISLAR – JUSTIFICAÇÃO DO IMPULSO PARA LEGISLAR</b> .....	105
5.1 Teorias sobre a decisão.....	105
5.1.1 Julgar e decidir.....	106
5.1.2 Elementos e classificação da decisão .....	107
5.1.3 Teorias que tentam explicar o procedimento de tomada de decisão .....	108
5.1.3.1 Teorias da escolha racional/econômica.....	108
5.1.3.1.1 Teoria da utilidade esperada pelo sujeito .....	109
5.1.3.2 Teorias comportamentais .....	110
5.1.3.2.1 Limites cognitivos da racionalidade .....	110
5.1.3.2.2 Como as pessoas lidam com essas limitações?.....	111
5.1.4 Estratégias para decidir .....	113
5.1.4.1 A escolha da estratégia.....	115
5.1.5 À guisa de conclusão.....	115
5.2 A natureza dúplice da decisão de legislar.....	116
5.2.1 Caráter subsidiário da intervenção normativa.....	117
5.2.2 Alternativas à intervenção normativa .....	119
5.2.2.1 Inatividade.....	119
5.2.2.2 Mecanismos de informação.....	120
5.2.2.3 Autorregulamentação .....	122
5.2.2.4 Solução contratual .....	124
5.3 A verificação prévia de impacto .....	124
5.3.1 Generalidades .....	124
5.3.2 A verificação de impacto na União Europeia .....	127
5.3.3 Legislar melhor significa legislar menos? .....	132

5.3.4	Verificação de impacto no Brasil .....	133
5.4	Conclusão sobre a decisão de legislar e a verificação prévia de impacto à luz da teoria da decisão.....	137

## CAPÍTULO 6

<b>A LEGISLAÇÃO COMO SÍMBOLO.....</b>		<b>139</b>
6.1	A crença na lei e a legislação simbólica .....	139
6.2	Espécies de legislação simbólica.....	141
6.2.1	Confirmação de valores sociais.....	141
6.2.2	Legislação-álibi .....	144
6.2.3	Fórmula de compromisso dilatatório.....	146
6.3	Eficácia e efetividade da legislação simbólica .....	151
6.4	Efeitos latentes da legislação simbólica.....	153
6.5	A <i>mens legislatoris</i> como mecanismo de identificação da legislação simbólica? .....	154
6.5.1	O modelo de legislação e a <i>mens legislatoris</i> .....	157
6.5.2	Delimitação da <i>mens legislatoris</i> .....	159
6.5.2.1	Relevância da intenção do legislador .....	159
6.5.2.2	Alcance da intenção do legislador .....	160
6.5.2.3	Intenção hipotética e interpretação reconstrutiva.....	162
6.5.2.4	Intenção da maioria, da minoria, ou uma combinação? .....	163
6.5.2.5	A intenção dos não legisladores .....	165
6.5.2.6	Determinação da intenção do legislador.....	166
6.5.2.7	Histórico do processo legislativo .....	167
6.5.3	Estudo de caso – A “lei seca” brasileira é legislação simbólica? ...	169
6.5.3.1	Considerações a respeito da <i>mens legislatoris</i> da MP nº 415/08 .....	170
6.5.3.1.1	No âmbito do Poder Executivo.....	170
6.5.3.1.2	A tramitação perante a Câmara dos Deputados .....	174
6.5.3.1.3	A opção pela edição de medida provisória e sua repercussão .....	175
6.5.3.1.4	Uma questão de foco.....	176
6.5.3.2	Conclusão sobre a <i>mens legislatoris</i> da MP nº 415/08 .....	178

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>181</b>
-----------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>185</b>
--------------------------	------------

## ANEXOS

<b>ANEXO A – MANEIRAS DE SE FALHAR AO CRIAR O DIREITO</b>	
<b>Lon Luvius Fuller.....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO B – CÂNONES DE INTERPRETAÇÃO DA SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA PERTINENTES À MENS LEGISLATORIS.....</b>	
	<b>199</b>

<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS .....</b>	<b>201</b>
---------------------------------	------------

<b>ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>203</b>
-----------------------------------	------------

<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO.....</b>	<b>205</b>
-------------------------------	------------